



PARECER Nº , DE 2016

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2017, do Deputado Paulo Teixeira, que *altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais.*



SF/17701.30916-52

RELATOR: Senador **ANTÔNIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 100, de 2017, do Deputado Paulo Teixeira, que altera a redação do art. 775 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e acrescenta-lhe o art. 775-A, a fim de dispor sobre a contagem de prazos processuais.

A proposição, em seu art. 1º, altera a redação do art. 775 da CLT, para determinar que os prazos no processo laboral serão computados em dias úteis, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do término. Além disso, estabelece que os prazos poderão ser prorrogados pelo magistrado ou em caso de força maior.

O projeto, em seu art. 2º, suspende os prazos processuais no recesso forense, que vai de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive. Determina, ainda, que as funções dos juízes, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Advogados Públicos e dos auxiliares da justiça serão, no referido período, exercidas normalmente. Por fim, estipula que não serão realizadas sessões de julgamento, tampouco audiências no citado interregno.



A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, da Constituição da República, compete à União legislar, privativamente, sobre direito processual, motivo por que a disciplina da contagem de prazos na justiça do trabalho encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República, razão pela qual aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Constituição Federal, é franqueado iniciar o respectivo processo legislativo sobre o tema.

Por se tratar de questão constitucionalmente não afeta a lei complementar, a lei ordinária afigura-se apta a inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CCJ a prerrogativa de examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade de proposições a ela submetidas, não havendo, no particular, nenhum óbice das aludidas naturezas à tramitação da matéria.

No mérito, o PLC nº 100, de 2017, merece ser aprovado.

Assim sucede, pois a proposição incorpora ao texto consolidado as inovações trazidas pelos arts. 219 e 220 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), uniformizando, portanto, a contagem de prazos no processo do trabalho e no processo civil.

Evitam-se, com isso, prejuízos às partes, em virtude da perda do momento oportuno para a prática de importantes atos processuais, como a interposição de recursos, por exemplo. Garante-se, assim, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, positivados nos incisos LIV e LV do art. 5º da Carta Magna.



SF/17701.30916-52



No tocante à suspensão dos prazos processuais durante o recesso forense, o PLC nº 100, de 2017, traz para o ordenamento jurídico nacional o disposto no art. 183, § 1º, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e na Súmula nº 262, II, da referida Corte Superior.

O dispositivo e o verbete sumular em testilha, que determinam a suspensão dos prazos processuais durante o recesso forense, em que pese servirem de norte para a atuação das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, não ostentam força vinculante, motivo por que não se afigura incomum a interposição de recursos contra decisões que, na contramão do que dispõe o TST, entendem pela não suspensão dos prazos em foco no recesso forense.

Tais recursos, normalmente versando apenas sobre a matéria relativa à perda do prazo para a prática de determinado ato processual, exigem o dispêndio de tempo por parte do TST para os respectivos julgamentos, congestionando a tão assoberbada pauta do referido tribunal superior.

Por isso, a inserção na CLT do disposto no art. 183 do Regimento Interno do TST e na sua Súmula nº 262, II, colabora, também, para que a jurisdição da justiça do trabalho seja prestada de maneira mais célere, coadunando-se, portanto, com o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição da República.

Tecidas essas considerações, recomenda-se a aprovação do PLC nº 100, de 2017.

III – VOTO

Ante o exposto, vota-se pela aprovação do PLC nº 100, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

